



*Régis Debray*

# Teoria do Foquismo: Contexto e Concepção

Amarildo Vieira

Professor de História e Coordenador de Cursos  
da Fábrica de Ideias

Em memória de Antonio Gouveia

*“A dignidade, na América Latina, não tem qualquer sentido na realidade de uma vida demasiado miserável, e é por a palavra estar de tal modo carregada de esperança que desencadeia insurreições populares e dá o sinal às revoluções.” (José Martí)*

## **A realidade sociopolítica latino-americana**

Podemos afirmar que a teoria do foquismo constitui-se em uma contraposição e uma alternativa prática às concepções que predominavam no interior da esquerda latino-americana, em especial em relação às proposituras defendidas pelos Partidos Comunistas que, influenciados pelas teses da Terceira Internacional, importavam modelos políticos e ideológicos do partido soviético stalinizado. Dessa forma, a Internacional cumpria a função de uniformizar e exportar o pensamento comunista segundo fórmulas do marxismo institucionalizado.

Entre as teses que determinaram a estratégia dos partidos comunistas latino-americanos a partir de 1935, atingindo o seu auge após 1955, destacava-se a concepção de que os países latino-americanos eram países de economia subdesenvolvida, semifeudal, dominada pelo imperialismo, de sorte que a contradição fundamental residia entre a nação e o capital estrangeiro. Nesse sentido, era necessária a constituição de uma frente única entre o proletariado e a burguesia progressista – interessada no desenvolvimento econômico autônomo, na industrialização e na ampliação do mercado interno – diante do imperialismo dos Estados Unidos e seu aliados internos: os grandes proprietários de terra ou latifundiários feudais.

Tendo como esteio teórico as proposituras aludidas, as direções dos principais partidos de esquerda da região empreenderam uma política de aliança de classes, o que levou à adesão incondicional dos comunistas às disputas eleitorais e à valorização das chamadas “instituições democráticas” existentes. Desse modo, ao defenderem a conciliação de interesses entre as classes, definitivamente renunciavam à revolução socialista, passando à defesa do etapismo e da via pacífica como instrumento de transformação da realidade latino-americana.

Nesse contexto, a luta de classes entre proletariado e burguesia tornava-se, em uma primeira etapa, uma contradição de segunda ordem, que apenas se constituiria em prioridade do partido num futuro distante, ou seja, na etapa socialista.

Che Guevara não concordava com as teses defendidas pelos partidos comunistas, em especial com a estratégia de consolidação de uma frente única entre proletariado e burguesia nacional, uma vez escaldado pelas experiências adquiridas em virtude das suas viagens realizadas pelo continente, em particular pelo que presenciou na Bolívia “nacional-revolucionária” em 1953. Sobretudo, ainda, em decorrência da sua experiência no interior do processo da própria revolução cubana, onde deparou com uma burguesia contra revolucionária e hostil a medidas de caráter nacional-democrático, como a reforma agrária radical e a expropriação dos monopólios imperialistas.

Assim, Guevara ressaltava o caráter reacionário da burguesia latino-americana, que mantinha uma sólida aliança com os grandes latifundiários além de estabelecer grandes laços econômicos, políticos, ideológicos e militares com o imperialismo estadunidense: [...] a grande-burguesia não hesita em se aliar ao imperialismo e aos latifundiários para lutar contra o povo e impedir o caminho da revolução (Guevara apud Löwy, 1999: 109)

Ao estabelecer os limites da burguesia da região, Guevara, ao contrário dos partidos comunistas caudatários de Moscou, apreende suas particularidades, limitações e contradições, sublinhando o seu caráter subalterno e a sua incapacidade de traçar projetos nacionais civilizatórios. Segundo Michel Löwy, a análise de Guevara se aproxima muito da análise feita por Karl Marx, em 1844, acerca da burguesia da Alemanha, na qual Marx ressaltava o caráter contraditório e os limites da burguesia alemã, que era conservadora quando deveria ser revolucionária. Uma burguesia sem iniciativa, sem fé em si própria, sem fé no povo, sem vocação histórica universal. Uma burguesia que apresentava mais temor do povo do que da monarquia feudal, à qual deveria enfrentar.

Em face à tamanha divergência, radicalizou-se, no interior da esquerda do continente, o antagonismo político e prático entre os partidos comunistas e os adeptos do foquismo. Esses estavam convictos de que, ao contrário do que pregavam os partidos, as forças populares não nutriam qualquer pretensão em estabelecer alianças com burguesias socialmente inconsistentes e arrivistas. Por isso tinham na luta armada e na guerra de guerrilha camponesa a pedra de toque de suas ambições revolucionárias, dando a esta uma dimensão internacional que privilegiava os países semicolonizados da África e da Ásia, assim como os países da América Latina, que também se encontravam subjugados pelo imperialismo. Em última instância, ao enfrentarem o imperialismo, as forças revolucionárias, inevitavelmente enfrentariam os exploradores nacionais.

A Revolução Cubana deu o sinal de alarme (...). As burguesias nacionais se uniram ao imperialismo na sua grande maioria e deverão ter a mesma sorte que ele em todos os países. A polarização das forças antagônicas de adversários de classe é agora mais feroz que o desenvolvimento das contradições entre exploradores para a repartição dos despojos. Existem dois campos: a alternativa é cada vez mais clara para cada indivíduo e para cada camada da população (Guevara apud Löwy, 1999: 109).

Aos olhos do foquismo, a revolução que apontava no horizonte possuía um caráter internacionalista e antiimperialista, primando pelo desenvolvimento ininterrupto e pela necessidade premente de abolir o sistema social existente e os seus fundamentos econômicos. Não existia, portanto, alternativa: “ou revolução socialista ou caricatura de revolução”.

### **Partido x Guerrilha**

Entretanto, as divergências não se limitavam exclusivamente a questões de ordem teórica. Elas manifestavam-se também no tocante a questões relacionadas à organização e a quem seria destinado o papel de vanguarda da revolução.

Para Régis Debray, a revolução cubana mostrou um novo caminho a ser seguido, no qual prevalecia a realidade da América Latina sobre os dogmas da esquerda tradicional, fosse ela de matizes trotskistas, maoístas, vietnamistas ou mesmo “marxistas-leninistas”.

Debray criticava os partidos, em especial os de orientação “marxista-leninista”, pois esses se limitavam a meras discussões teóricas e a práticas discursivas que levavam as massas ao imobilismo político, impedindo e sabotando o surgimento de movimentos armados. Como alternativa a essa postura, afirmava que para não bloquear a política revolucionária seria preciso desviar-se da política partidária, e que para colocar a luta armada em marcha era necessário investir em uma organização simultaneamente política e militar, acima das polêmicas inerentes a partidos.

Segundo o autor da *Revolução na Revolução*, a experiência cubana demonstrou que no continente existia uma realidade diferente, onde, ao contrário do que ocorreu em outros processos revolucionários, o partido não seria a vanguarda da revolução e o operariado não se constituiria no catalisador do processo. No caso latino-americano caberia à guerrilha rural o papel de vanguarda da revolução e ao camponês o de agente catalisador do processo. O decisivo, portanto, seria a edificação de focos militares/guerrilheiros, e não de “focos políticos”.

Em alguns lugares da América, a longo prazo, não há opção entre partido de vanguarda e exército popular. Mas, de imediato, há uma hierarquia de tarefas historicamente fundamentada. O exército popular será o núcleo do Partido, e não o inverso. A guerrilha é vanguarda política “in nuce” e apenas de seu desenvolvimento pode surgir o Partido. Por isso é necessário desenvolver a guerrilha para desenvolver a vanguarda política. Por isso, na conjuntura atual, a tônica principal deve recair no desenvolvimento da guerra de guerrilhas e não no fortalecimento dos partidos e nem na criação de outros. Por isso, nesses lugares, o trabalho insurrecional é o trabalho político número um (Debray, 1967: 85).

Sem dúvida, a propositura apresentada pelos foquistas estabelece uma enorme divergência com a tradição dos movimentos revolucionários vitoriosos, uma vez que em todas as revoluções socialistas os partidos assumiram o papel de vanguarda da revolução. Para Che Guevara a opção pela guerrilha rural não era simplesmente um ato de vontade, uma alternativa aventureira, ou uma heresia “blanquista”, “bakunista” como muitos dos seus adversários teóricos afirmavam.

Para o revolucionário argentino a guerrilha rural assumia o papel preponderante no processo global da guerra revolucionária latino-americana, pois era a resposta objetiva à ordem econômica, social,

militar e política que se impunha na região. Uma vez que no âmbito econômico-social predominava a economia agrária, em que a maioria da população superexplorada encontrava-se no campo, constituía-se, dessa forma, “uma enorme força revolucionária em potencial”. Nesse cenário a revolução era, acima de tudo, uma revolução agrária, que se construía do campo em direção as cidades. Ora, essa argumentação apresenta um fatalismo histórico desprovido de estofamento teórico, pois a Rússia tsarista, em 1917, era um país predominantemente agrário, com uma enorme massa camponesa aviltada, e foi palco de uma revolução proletária conduzida pelo proletariado urbano.

No tocante a questão militar, Che argumentava que as insurreições nas cidades eram presas fáceis para a repressão e, via de regra, terminavam massacradas. Dessa forma, a alternativa mais viável para uma guerra a longo prazo seria o campo, uma vez que representa maiores dificuldades para a atuação das forças repressivas do Estado, além de propiciar um terreno mais amplo para a guerra de movimento levada a cabo pela vanguarda revolucionária.

A guerrilha, nesse sentido, não deveria ficar limitada a incursões militares, ela teria que conjugar ações armadas e ações políticas. Assumindo, dessa forma, uma postura ideológica que esgarçasse a face perversa do poder e que, simultaneamente, despertasse a consciência das massas e a convicção na possibilidade concreta de mudanças por meio da guerra revolucionária.

Os teóricos do foquismo, mesmo enaltecendo a importância da luta armada como principal instrumento para a deflagração da revolução socialista, defendiam a tese de que a vanguarda revolucionária deveria estabelecer vínculos sólidos com as massas camponesas e operárias, esclarecendo as causas e as aspirações de classe da revolução. Para que se concretizasse esse vínculo, tornava-se condição central um sistema de propaganda extremamente eficiente, onde os propagandistas estivessem unidos visceralmente à guerrilha armada, para que esta pudesse sustentá-los e protegê-los.

Ao contrário da propaganda partidária que centrava-se em questões avessas à realidade dos camponeses, a propaganda foquista possuía um caráter mais pragmático, pois centrava-se na convocação à união ou apoio às formações combatentes existentes contra as forças nacionais a serviço do imperialismo.

Uma vez estabelecida a relação guerrilha-população, questões vitais para a sobrevivência do movimento revolucionário estariam resolvidas, tais como a organização da produção, a arrecadação de

impostos, a explicação das leis revolucionárias, a manutenção da disciplina, a criação das escolas de quadros, a escavação de trincheiras e subterrâneos pela população civil para proteção dos bombardeios, etc. Nesse contexto, a propaganda armada atua em sintonia com a ação militar; não a precede. Ela está intrinsecamente vinculada à frente interna da guerrilha.

### **Comando único e os limites da guerrilha urbana**

Nenhum teórico do foquismo desconsiderava a importância e, sobretudo, a necessidade de uma ampla relação com todas as organizações e forças de esquerda oriundas das cidades. Contudo, é notório o papel secundário reservado para os movimentos urbanos, que deveriam reconhecer a guerrilha como a força diretora e motriz do movimento, uma vez que ações independentes na cidade poderiam comprometer a guerrilha no campo, como também os objetivos da revolução em âmbito geral.

Por isso, a existência de um comando único revolucionário era fundamental, e quem deveria exercer unicamente essa função era a guerrilha rural. Entre as razões dessa escolha destacava-se a necessidade de proteção às principais lideranças, pois, uma vez alocadas nas cidades, a direção política seria inevitavelmente destruída ou desmantelada pela repressão.

Além disso, a ausência de comando único e de direção centralizada favorecia a criação de vários focos, o que enfraquecia mais a guerrilha do que a própria repressão. A falta de unidade no comando também podia desencadear o surgimento de uma direção artificial, de uma frente política improvisada composta, essencialmente, pelo partido que a formou. Esse tipo de direção prende-se a tarefas eminentemente burocráticas, travando a edificação do exército popular, o único, no entender do foquismo, capaz de propiciar a uma frente política seriedade histórica e eficácia.

Ora, com a centralização do comando único nas mãos da guerrilha rural, ou da montanha, como denominava Debray, a cidade assume um papel coadjuvante no processo revolucionário e em muitos casos é vista como estorvo à guerrilha: A tônica principal do Exército Rebelde caía sobre a consolidação da guerrilha rural; a ela correspondia a direção do Movimento; ela era a cabeça de todo o país. (Debray, 1967: 51)

O movimento guerrilheiro urbano, nesse contexto, é considerado caudatário da guerrilha rural. Ele não devia patrocinar nenhuma

incursão de caráter independente, pois suas ações eram subordinadas aos planos estratégicos pré-concebidos pela guerrilha rural. Essa hierarquia expressava o antagonismo ideológico entre as lideranças da planície e as lideranças da montanha, onde as primeiras concebiam a guerrilha como algo simbólico, destinado a criar as condições de um golpe de Estado na capital. Para a montanha, a guerrilha tinha como tarefa revolucionária dar uma solução militar aos problemas políticos, uma vez que esses não poderiam ser superados por nenhum outro meio.

Tendo o comando único em suas mãos, a montanha, mesmo condenando o terrorismo cego, atribuía à guerrilha urbana algumas ações de sabotagem que beneficiassem a guerrilha no campo, pois, do ponto de vista estratégico, ações dessa natureza desmobilizavam um considerável contingente de soldados inimigos e paralisavam a maior parte do aparato repressivo em tarefas inúteis de proteção.

### **O lugar da classe operária na revolução**

Chegamos agora ao tema mais polêmico e também o mais delicado deste artigo: o que trata do lugar da classe operária na revolução latino-americana.

Para compreender com mais propriedade a questão aludida, é necessário, inicialmente, analisar como o foquismo concebeu a atuação do operariado cubano no processo da revolução, pois é a partir desse prisma que seus teóricos, em especial Régis Debray, elaboraram suas teses acerca da importância do operariado no contexto da revolução latino-americana, cientes de que a guerrilha cubana não poderia se tornar um movimento isolado e de que seria para ela impossível assumir a função de vanguarda da revolução e, finalmente, destruir o aparelho de repressão do Estado sem o apoio da classe operária.

Debray reservou um papel insignificante para o operariado da ilha, defendendo a tese de que foi em virtude da concentração do comando nas mãos da guerrilha rural que a revolução triunfou. O movimento operário, aos olhos do filósofo francês, em nenhum momento assume real importância na aliança operário-camponesa que se forjou em Cuba. Ao contrário, o movimento operário é visto como antagonico ao movimento guerrilheiro que se alojou em Sierra Maestra: Toda experiência americana contemporânea confirma e fortalece esta lei do antagonismo entre as forças da serra e da planície. (Debray, 1967: 53)

Mesmo renegado a um plano inferior, o movimento operário cubano deflagrou três tentativas de greve geral contra a ditadura: a greve de 1957, que se iniciou depois do assassinato de Frank País, a greve fracassada de 9 de abril de 1958 e a greve vitoriosa de janeiro de 1959. É importante ressaltar que, tanto Che Guevara quanto Régis Debray, se ocuparam, unicamente, das duas primeiras greves.

A greve de 1957 é deflagrada em Santiago de Cuba, em resposta ao assassinato de Frank País (principal dirigente urbano do Movimento 26 de julho). Posteriormente o movimento se alastra se espalhando por outras importantes cidades cubanas. Essa greve é criticada por seu caráter espontâneo e pela ausência de uma direção revolucionária. Contudo, as principais lideranças da guerrilha reconheciam a importância do movimento para a conquista do poder pelo exército rebelde, desde que se mantivesse subordinado às determinações vindas dos líderes guerrilheiros.

No tocante a greve fracassada de 1958, a crítica à direção do movimento é radical. Segundo Debray, a greve foi uma imposição dos dirigentes urbanos sobre a guerrilha rural, que se transformou em uma catástrofe e repercutiu gravemente sobre todo o movimento, de sorte que os guerrilheiros tornaram-se vítimas da incompetência e do “subjetivismo” da ala civil do movimento. O fracasso da greve colocou em evidência as diferenças entre a guerrilha e o movimento operário, o que permitiu definitivamente que a guerrilha tomasse em suas mãos a direção nacional do movimento. No plano teórico, a concepção civilista defendia a tese de que a guerrilha era um meio para se efetuar um golpe de Estado na capital, dessa forma, subestimavam a importância da guerrilha adotada pelo movimento operário, que foi totalmente superada pela concepção de que apenas a solução militar era capaz de resolver os problemas políticos.

Che considerava essa greve geral insurrecional extremamente sectária e golpista, pois se isolava de outras forças operárias, entre elas o PSP - Partido Socialista Popular - e o Partido Comunista Cubano, negligenciando a luta de massas. Segundo suas análises, o movimento não teve a menor preparação política, não possuía o menor vínculo com a base operária, suas lideranças tentaram dirigir a greve a partir da cúpula, objetivando desencadeá-la de surpresa, sem ter em conta a unidade e a participação consciente dos operários.

Em contraposição a esta abordagem, um grupo de intelectuais brasileiros, vinculados à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária - ORM-POLOP, entre eles Ernesto Martins (1967) e Vânia

Bambirra (1975) - elaboraram uma análise radicalmente diferente sobre o papel do operariado no processo da Revolução Cubana. Segundo eles, o papel, a relevância e a atuação do operariado acentuaram-se em Cuba à medida que se desenvolveu a guerra revolucionária; concebiam esse processo como a expressão da luta de classes na sociedade cubana que se expressou de forma mais concreta com a consolidação da aliança operário-camponesa; argumentavam que em Cuba não ocorreu um levante camponês clássico, mas sim a radicalização de uma fração do proletariado assalariado existente no campo.

Nesse sentido, o fator determinante para a vitória da revolução não foi a existência dos chamados focos guerrilheiros, como afirma o Debrayismo, mas sim a greve geral do proletariado das cidades que, por meio deste expediente histórico de luta, abalou definitivamente a estrutura da ditadura em Cuba.

De modo que não foi somente a guerra de guerrilha liderada por Fidel Castro e Che Guevara que levaram à destruição do regime, foi um conjunto de fatores que, conjugados, culminaram na vitória da revolução, e a participação do movimento operário foi decisiva, por meio da greve geral vitoriosa de 1º de Janeiro de 1959, que incitou levantes nas cidades desfechando o golpe de misericórdia no exército de Batista.

Ao desenvolverem essa análise, os intelectuais aludidos retomam a centralidade no processo revolucionário socialista para o operariado, polemizando com as duas principais correntes da esquerda latino-americana do período: a vinculada aos PCs, que acreditavam na iminência da revolução burguesa de caráter antifeudal na América Latina, e a teoria do foquismo, em especial a vertente Debraysta, que, como sabemos, defendia a necessidade de organização de focos guerrilheiros no campo como condição premente para um levante em massa de camponeses, tidos como os principais agentes revolucionários na América Latina.

Ruy Mauro Marini, durante seu exílio no México, publica a obra *Subdesenvolvimento e Revolução* (1968), que teve grande aceitação entre a esquerda comunista latino-americana. No capítulo três, critica abertamente a forma como a esquerda do continente, mais especificamente a do Brasil, estava encarando a luta armada. Segundo ele, os partidos e as organizações de esquerda em geral estavam influenciados pelas teses foquistas de Régis Debray. Como consequência, hiperacentuavam a tarefa organizativa militar em detrimento da luta política de massas, levando os agrupamentos de esquerda ao isolamento e à falta de perspectivas políticas mais amplas.

Para Marini, somente onde o trabalho entre as massas não pudesse prescindir do respaldo das armas se justificaria a presença do foco guerrilheiro. Ressaltando a importância da necessidade da luta de massas, afirma que o papel da vanguarda não é de se antecipar e impor uma direção hierarquizada para os trabalhadores, mas sim de lutar ao seu lado, dedicando-se para elevar o seu nível de consciência política, proporcionando-lhes, assim, o instrumental necessário para o enfrentamento da luta de classes.

Com o acirramento das posições e com a consolidação da Revolução Cubana, muitos grupos revolucionários latino-americanos - inclusive alguns brasileiros - passaram a considerar a experiência cubana como exceção, que não teria condições de se repetir em outras regiões do continente. No intuito de encontrar uma alternativa para a controvérsia “partido x guerrilha”, tais grupos iniciaram um verdadeiro malabarismo teórico tentando fundir a concepção guevarista da guerrilha com a teoria leninista do partido revolucionário de vanguarda. Segundo esse amálgama teórico a vanguarda partidária e, conseqüentemente, o operariado, desempenharia o papel determinante na condução do processo revolucionário socialista.

Nesse cenário, o partido, enquanto instrumento de produção teórica e de politização, assumiria uma postura de “foco catalisador” das aspirações revolucionárias do operariado, exercendo a tarefa de sustentar e orientar a luta dos trabalhadores em sua totalidade, tanto nas cidades quanto no campo, além de assegurar a unidade de sua luta nos centros urbanos com a ação da guerrilha rural.

Ao mesmo tempo, ressaltava a importância da guerrilha como extensão da política centrada em objetivos teóricos e práticos, claramente definidos, que pudesse oferecer ao proletariado do campo e da cidade uma perspectiva que contemplasse os interesses de classe, acelerando a formação do partido revolucionário no transcorrer da luta armada.

A guerrilha não pode substituir a luta de classes. Tem que fomentá-la, aguçá-la, tem que polarizar as forças existentes. Tem de repercutir, conseqüentemente, sobre o comportamento e a atuação dessa classe que consideramos a mais conseqüentemente revolucionária, destinada a alterar as relações de forças sociais. Se nós considerarmos que essa classe mais conseqüente no processo revolucionário do país é o proletariado, isso determina as condições concretas para o desenrolar da luta de guerrilha (Martins, 1967, 1).

Sendo assim, o movimento guerrilheiro teria que unir forças com o proletariado dos centros urbanos, não apenas com apelos dramáticos e superficiais à luta armada, mas, sobretudo, por meio da consciência de classe, encorajando-o a lutar dentro das fábricas, dentro das cidades, elegendo como inimigo principal o Estado burguês e a burguesia em aliança com o imperialismo. Utilizando-se dos métodos tradicionais de luta revolucionária, como as greves, o proletariado se prepararia para os métodos não-tradicionais, ou seja, a guerrilha armada. Nestas circunstâncias, haveria uma continuação, uma complementaridade entre a atuação da guerrilha e o partido.

### **Bibliografia**

BAMBIRRA, Vânia. A Revolução Cubana — uma reinterpretação, Ed. Centelha, Coimbra, Brasil, 1975.

DEBRAY, Régis. Revolução na Revolução. 1967

LÖWI, Michel. O Pensamento de Che Guevara. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento Y Revolução. México, Editora Siglo XXI, 9ª edição, 1978.

MARTINS, Ernesto. Aonde Vamos? Parte IV- Foco e Revolução. MIMEO, 1967 (Texto produzido em julho e distribuído na clandestinidade).